

SISEJUFE **FIQUE POR DENTRO**

Agora é cruzar os braços e se unificar na luta!

Os servidores do Judiciário Federal do Rio de Janeiro deliberaram por entrar em greve por tempo indeterminado a partir do dia 19 de outubro. O indicativo de greve foi aprovado por ampla maioria, tendo recebido apenas sete abstenções, em assembleia geral nesta quarta-feira, 28 de setembro, às 18h20, em frente ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), avenida Presidente Wilson

A ordem é cruzar os braços e unificar os servidores na luta pelo reajuste salarial, conforme o proposto no PL 6.613/2009 e defendido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Cerca de 500 servidores e servidoras, oriundos de diversas regiões do estado, participaram da passeata iniciada na Candelária, no Centro do Rio, a partir das 16h, antes da realização da assembleia geral.

Nesta quarta-feira (05/10), os servidores enviados pelo SISEJUFE estarão presentes na reunião da Comissão de Orçamento e Finanças – CFT, fazendo pressão com os parlamentares para a aprovação do PL 6.613/09, ao mesmo tempo estamos em processo de mobilização crescente para a deflagração da greve dia 19 de outubro. É hora de manter a pressão e construir a luta para arrancar o PCS. Para isso, estamos em mobilização crescente para cruzar os braços no dia 19 de outubro de 2001. O aprova o PCS ou a justiça federal fluminense vai parar!!

A retomada da mobilização de greve teve início no dia 21 de setembro com a paralisação dos servidores em 51% das zonas eleitorais do estado do Rio de Janeiro. Naquele dia, 128 zonas eleitorais, de um total de 249, comunicaram a adesão ao movimento. No TRE Sede também a participação dos servidores tem sido massiva com, em média, 80 participantes por assembleia. No dia 28 de setembro, após a passeata na avenida Rio Branco que culminou com a decisão, em

assembleia na avenida Presidente Wilson, por greve por tempo indeterminado a partir de 19 de outubro, o Sisejufe contabilizou 150 zonas eleitorais paradas no estado do Rio – ou seja, a Justiça Eleitoral tem sido a ponta de lança nesta luta. Em outros foros, como o Tribunal Regional Federal (TRF) da rua do Acre e na Justiça Federal da avenida Venezuela, também houve manifestações na porta dos prédios nos dias 21, 27 e 28 de setembro. No dia 27, como parte do processo de mobilização da categoria, ocorreu a primeira assembleia de servidores no prédio da Justiça Federal da avenida Almirante Barroso – há poucos meses ocupado. .

Enquanto isso no Congresso, o relator de receita da Lei Orçamentária Anual, senador Acir Gurgacz (PDT-RO) esteve reunido com o relator geral Arlindo Chinaglia (PT-SP) e o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, em 28 de setembro. De acordo com Acir, Peluso demonstrou estar determinado em defender o PCS e solicitou que os dois congressistas que participem da interlocução das negociações com o Executivo. O senador informou, ainda, que o presidente do Supremo propôs, como forma de ajudar nas negociações, debater um parcelamento para a implementação do PCS em 4 parcelas semestrais, a partir de janeiro do ano que vem. O próprio Peluso diz que revisão salarial dos servidores é prioridade. “Mais prioritária que o reajuste dos magistrados é a revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal.” A afirma-

ção foi feita pelo presidente do STF, ministro Cezar Peluso, em entrevista ao jornalista Fernando Rodrigues, no programa “Poder e Política – Entrevista”, da Folha de S. Paulo e do UOL, dia 30 de setembro.

Na quarta-feira, 5 de outubro, vence o prazo concedido pelo relator do Mandado de Segurança impetrado pelo Sindjus-DF, ministro Luiz Fux, à presidenta da República, Dilma Rousseff, para que ela possa se defender, com base no direito do contraditório, em relação ao corte unilateral feito no orçamento do Poder Judiciário. A notificação foi recebida pela Presidência da República no dia 22 de setembro e juntada ao processo no dia seguinte (23). Como se tratava de uma sexta-feira, o prazo começou a correr no dia 26 de setembro (segunda-feira). Justamente em defesa da autonomia constitucional político, administrativa e financeira do Poder Judiciário, o Sindjus impetrou Mandado de Segurança contra a presidenta Dilma, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior e a União, no intuito de que o Orçamento do Judiciário fosse respeitado. Agora, cabe aos ministros do STF, em especial ao relator Luiz Fux, fazer valer princípio do equilíbrio entre poderes previsto na República brasileira. O Sisejufe impetrou MS similar que foi distribuído ao ministro Dias Toffoli. Em entrevista o jornal Folha de S.Paulo, 2 de outubro, o presidente Cezar Peluso voltou a defender que a grande preocupação do Supremo é com os servidores do Poder Judiciário, há cinco anos sem qualquer reajuste. Classificou a defasagem salarial da nossa carreira como “extraordinária”. Essa é a linha que deve ser seguida. De nossa parte cabe fazer a pressão necessária para que a categoria possa sair congelamento salarial em que está paralisada desde 2006. Todos à luta!

Curso Sisejufe de Iniciação à Filosofia

Módulo I – Grécia

De outubro de 2011
a janeiro de 2012

Coordenador
do Curso
Fábio François

Matrículas e informações:
roberto@sisejufe.org.br

Apoio secretaria de
Formação da CUT-Rio

- 1ª Sessão – 17 de outubro – A origem da tradição grega da filosofia – Rafael Canto
- 2ª Sessão – 24 de outubro – Pré-Socráticos – Camila Jourdan
- 3ª Sessão – 31 de outubro – Sócrates – Guilherme Celestino
- 4ª Sessão – 7 de novembro – Platão I – Jorge Quintas
- 5ª Sessão – 14 de novembro – Platão II – Camila Jourdan
- 6ª Sessão – 21 de novembro – Aristóteles I (A Metafísica, filosofia primeira)
Camila Jourdan
- 7ª Sessão – 28 de novembro – Aristóteles II (Ética e Política) – Guilherme Celestino
- 8ª Sessão – 5 de dezembro – Aristóteles III (Poética) – Rafael Canto
- 9ª Sessão – 12 de dezembro – Aristóteles IV (Lógica) – Camila Jourdan
- 10ª Sessão – 19 de dezembro – Ceticismo – Rafael Canto
- 11ª Sessão – em janeiro – Epicurismo – Karina Gouveia
- 12ª Sessão – em janeiro – Estoicismo – Rafael Canto/Karina Gouveia

Mensalidades:

- .servidores do Judiciário, filiados ao Sisejufe, R\$ 40 mensais
- .trabalhadores de sindicatos filiados à CUT, R\$ 60 mensais
- .outros interessados, R\$ 90 mensais

Obs.: Não aceitamos matrículas de servidores do

Judiciário Federal que não sejam filiados ao Sisejufe